
AGRICULTORES FAMILIARES NOS ASSENTAMENTOS EM ARAGUATINS/TO: identidade e a relação com a terra

FAMILY FARMERS IN SETTLEMENTS IN ARAGUATINS/TO: identity and relationship with the land

Erica Ribeiro de Sousa Simonetti

Instituto Federal do Tocantins - Araguatins, TO, Brasil
erica.simonetti@ifto.edu.br

Júlia Elisabete Barden

Universidade do Vale do Taquari – Univates - Lajeado, RS, Brasil
jbarden@univates.br

Resumo

Os assentamentos rurais no Brasil influenciam no dinamismo econômico e social nos municípios e regiões onde são introduzidos. É desafiador entender essa realidade como um organismo social, complexo e fortemente imbricado ao território por intermédio de suas relações de produção e consumo e a superação dos problemas. O objetivo deste artigo é identificar o perfil dos agricultores rurais assentados em Araguatins/TO e verificar a relação destes com a terra, contribuindo com uma análise social do espaço rural. A metodologia da pesquisa é um estudo de caso e possui abordagem quali-quantitativa. Foram entrevistadas 63 famílias distribuídas em 21 assentamentos rurais em Araguatins, no período de dezembro/2020 e janeiro/2021. Os resultados apontam que as famílias rurais têm a trajetória familiar em torno da agricultura; o tempo de vivência nos assentamentos é variado; verificou-se profunda ligação afetiva com a terra e isso influencia diretamente na identificação com a atividade, sendo que a maioria se identifica como lavrador e nenhum como camponês ou assentado. Apesar de todas as dificuldades existentes, é notório o nível de satisfação dos assentados com o modo de vida rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Ruralidade. Assentamentos rurais.

Abstract

Rural settlements in Brazil influence the economic and social dynamism in the municipalities and regions where they are introduced. It is challenging to understand this reality as a social organism, complex and strongly intertwined with the territory through its relations of production and consumption and the overcoming of problems. The objective of this article is to identify the profile of rural farmers settled in Araguatins/TO and verify their relationship with the land, contributing to a social analysis of the rural space. The research methodology is a case study and has a qualitative-quantitative approach. We interviewed 63 families distributed in 21 rural settlements in Araguatins, between December/2020 and January/2021. The results show that rural families have a family trajectory around agriculture; the time of

living in the settlements is varied; there was a deep affective connection with the land and this directly influences the identification with the activity, with the majority identifying themselves as farmers and none as peasants or settlers. Despite all the existing difficulties, the level of satisfaction of the settlers with the rural way of life is notorious.

Keywords: Family farming. Rurality. Rural settlements.

Introdução

Araguatins é o maior município da microrregião do Bico do Papagaio, com área territorial total de 2.621,877 km, representando 15,4% da população da região do Bico do Papagaio e está localizado no norte do Estado do Tocantins, na latitude S 05°39'04" e longitude O 48°07'28". Conta com uma população estimada, em 2020, de 36.170 pessoas, com densidade demográfica de 11,93 hab/km²; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,631 (2010) e o PIB *per capita* é de R\$ 12.060,54 (2018). O clima é tropical úmido com precipitação média anual de 1.700 mm; seus principais afluentes são o Rio Araguaia e o Rio Taquari, e o solo é caracterizado principalmente pela presença de latossolos e neossolos (BRASIL, IBGE, 2021).

São 21 o número de assentamentos rurais do município Araguaatins reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Controle da Reforma Agrária (INCRA), na modalidade de Projetos de Assentamentos (PAs), com 1.397 famílias assentadas, distribuídas com média de cinco alqueires para cada família, aproximadamente 25 hectares de terra agricultáveis disponíveis. O primeiro Projeto de Assentamento (PA) criado foi Santa Cruz II, em 1989, e o último Nova União, em 2009 (BRASIL, INCRA, 2019).

A constituição dos assentamentos rurais propicia o acesso à terra, permitindo às famílias assentadas uma estabilidade e rearranjos nas táticas de multiplicação familiar, o que gera uma melhoria nas condições de vida, considerando exclusão social e situação de pobreza anteriores ao assentamento. No entanto, traz também novas reivindicações no território, tais como educação, infraestrutura, apoio creditício e técnico à produção, e para o atendimento das necessidades surgem atores sociais, articulados em redes ou não, com intuito de contribuir para uma mudança da realidade local.

Desse modo, o objetivo do artigo é identificar o perfil dos agricultores rurais assentados em Araguaatins e entender sua relação com a terra, contribuindo para uma análise social do espaço rural, que influencia diretamente na produção e permanência no campo. A motivação da investigação é pela escassez de trabalhos nos assentamentos rurais que são

objetos deste estudo.

Este estudo é relevante por gerar informações úteis para o entendimento da realidade dos assentamentos rurais, pois as análises dessas informações sociais podem subsidiar a elaboração de estratégias pelo poder público em prol do desenvolvimento desses assentamentos.

Com relação à metodologia, a pesquisa possui abordagem quali-quantitativa e procedimento técnico em forma de estudo de caso, realizado por meio de entrevistas (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2013; YIN, 2010). Foram investigados os 21 Assentamentos Rurais Federais de Araguatins, no período de dezembro/2020 e janeiro/2021, utilizando-se como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevistas, com perguntas abertas, que possibilitaram liberdade de expressão dos entrevistados. Foram escolhidas, de forma aleatória e de acordo com a disponibilidade em participar da pesquisa, três famílias de cada assentamento. A pesquisa ocorreu no período da pandemia Covid-19, ressaltando-se que foram respeitados os protocolos de segurança.

Assim, este artigo está dividido nas seguintes sessões: a próxima versa sobre os assentamentos rurais e a agricultura familiar, o entendimento de conceitos, forma de criação e o universo de agricultores familiares; em seguida, o resultado e a discussão da pesquisa, com a apresentação do perfil dos agricultores assentados de Araguatins; a relação desses assentados com a terra, evidenciando a composição familiar, o tempo de vivência e a ligação afetiva com a terra, mas também a motivação e a desmotivação dos entrevistados em continuar nos assentamentos investigados.

Assentamentos rurais e a agricultura familiar

Para iniciar o estudo desta temática, faz-se necessário investigar a origem do termo “assentamento”, que surgiu no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana em 1960 e, posteriormente, difundido para outros países. Desse modo, o termo pode ser definido “como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra em benefício dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p.7). Entende-se que o vocábulo remete à fixação do trabalhador na terra e no cultivo agrícola; entretanto, é imperioso considerar as condições adequadas para o alcance dessa finalidade.

Os assentamentos rurais são entendidos como uma forma de reinserção de famílias no

processo produtivo, geração de renda e surgimento de novos atores sociais, dinamizando o local. Historicamente, o acesso à terra foi conquistado por meio de conflitos e respostas políticas aos grupos que reivindicavam uma reestruturação do uso e posse da terra.

A distribuição de terras entre as famílias rurais é promovida por meio da reforma agrária, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, conforme preconiza a Lei n. 4.504/1964, conhecida como o Estatuto da Terra (BRASIL, 2007). Ademais, promove a cidadania, proporciona a desconcentração da estrutura fundiária pela democratização do acesso à terra e gera renda no campo. Favorece ainda: a produção de alimentos básicos; o combate à fome e à pobreza; a promoção da cidadania e da justiça social; a interiorização dos serviços públicos básicos; a redução da migração campo-cidade; a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural e a democratização das estruturas de poder (BRASIL, INCRA, 2019).

A criação dos assentamentos de reforma agrária é de responsabilidade do Estado, feita por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, na qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do Projeto de Assentamento (PA), sendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o órgão responsável pela tarefa. Os procedimentos técnicos e administrativos da criação e reconhecimento dos assentamentos estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008. O cadastro e a seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) são realizados por meio de editais de seleção por PA, em conformidade com o Decreto nº 9.311/2018 e a Instrução Normativa nº 98/2019, realizado na área de cada Superintendência Regional (SR). Existem, atualmente, 9.437 assentamentos em todo o país, ocupando uma área de 87.953.588 hectares, com 972.289 famílias (BRASIL, INCRA, 2019).

A consolidação dos assentamentos rurais está vinculada à reprodução socioeconômica, qualidade de vida e isso influencia na relação que o agricultor tem com a terra, ativando motivações e desmotivações. A base produtiva dos assentamentos é a produção familiar. Por sua vez, Maluf (2003) classifica como família rural a unidade de economia familiar que desenvolve algum processo biológico em uma parcela de terra, em um território com características socioeconômicas, culturais e ambientais.

Outrora denominada de agricultura de subsistência, até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública com alcance nacional, direcionada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, não recebendo praticamente nenhum apoio governamental desde o período imperial. “Constata-se, ainda, que

durante o processo de modernização da agricultura brasileira (décadas de 1960 e 1970), as políticas públicas para a área rural, em especial a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados” (MATTEI, 2014a, p. 83), ficando este seguimento à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, principalmente nos itens atinentes ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção.

Verifica-se o reconhecimento jurídico e políticas públicas destinadas a este segmento do âmbito rural, como uma importante categoria econômica e social para o país: criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995; Secretaria da Agricultura Familiar, criada em 2003; a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 2006 (BRASIL, 2006); a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), que impõe a obrigatoriedade da compra de 30% dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujo objetivo é suprir a carência nutricional de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social com produtos oriundos das pequenas propriedades (MATTEI, 2014a).

Sobre a criação do PRONAF, Mattei (2014b, p. 84) explica que ele “representa a legitimação, por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola”. Essa categoria era conhecida pelas expressões pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência, conforme esse autor. Segundo a Lei nº11.326/2006 (BRASIL, 2006), para ser considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural é preciso praticar atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

Art. 3º [...].

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. [...].

Ademais, Guanzioli *et al.* (2001, p.114) explicam que “o universo de agricultores familiares não é homogêneo; ao contrário, é profundamente diferenciado do ponto de vista econômico, social e cultural, e tampouco os agricultores familiares formam uma categoria estanque, imóvel e isolada das demais”, ou seja, há trajetórias diferentes, em que uns estão em processo de acumulação de capitais, outros em descapitalização. Há, conforme os autores, três tipos de produtores familiares de acordo com seu nível de capitalização, e o que os distingue é

a renda agrícola obtida por cada membro familiar:

- a) **produtores familiares capitalizadores:** são os que puderam acumular algum capital em maquinário, benfeitorias e terra e que dispõem de mais recursos para a produção; esses produtores possuem, em geral, uma renda agrícola mais confortável que os mantém relativamente afastados do risco de descapitalização e de eliminação do processo produtivo;
- b) **produtores familiares em vias de capitalização:** são os que cujo nível de renda pode, em situações favoráveis, permitir acumulação de capital, mas essa renda não garante nem segurança, nem sustentabilidade para as unidades produtivas;
- c) **produtores familiares descapitalizados:** nessa categoria o nível de renda é insuficiente para assegurar a reprodução da unidade de produção e permanência da família na atividade, pois são produtores tradicionais descapitalizados e produtores que recorrem a rendas externas ao estabelecimento para sobreviverem (GUANZIROLI *et al.*, 2001).

Já no estudo comparativo internacional coordenado por Lamarche (1993, p. 17), em que comparou a agricultura familiar da França, Canadá, Polônia, Tunísia e do Brasil, para facilitar o entendimento do funcionamento de uma exploração familiar, sugere analisar a temática considerando dois prismas: “Modelo Original: modo de funcionamento da exploração familiar de um modelo anterior ao qual todo explorador, mais ou menos conscientemente, necessariamente se refere” e “Modelo Ideal”: este segundo contrapondo o modelo original, é uma referência de futuro, são as ambições futuras que cada agricultor familiar tem para suas propriedades: “Todo explorador projeta para o futuro uma determinada imagem de sua exploração; ele organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre, mais ou menos, em direção a essa situação esperada” (LAMARCHE, 1993, p. 17).

O alcance do modelo ideal para o agricultor familiar dependerá de suas escolhas e políticas feitas pela sociedade direcionadas ao grupo: “Suas chances de atingir o Modelo Ideal, ou simplesmente de se aproximar dele, dependerá da complementaridade de seus projetos junto ao que a sociedade elaborou para eles” (LAMARCHE, 1993, p.19). Verifica-se que essa projeção de futuro é diversificada e particular de cada agricultor familiar, pois está baseada nas experiências histórico-culturais vivenciadas, assumindo, assim, modelos de produção diferenciados, considerando seus objetivos de produção, mantendo os modos de

vida. Diante disso, o autor caracteriza em três grupos os agricultores familiares, conforme o quadro abaixo:

Quadro1 - Grupos de agricultores familiares

Familiar	Os agricultores familiares cuja finalidade essencial não seria a reprodução como unidade de produção, mas a reprodução familiar.
Subsistência	O escopo essencial desse grupo é a sobrevivência da família.
Empreendimento Agrícola	São agricultores familiares que têm por objetivo a formação de uma exploração agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado para a obtenção de uma lucratividade elevada.

Fonte: Simonetti (2021) com base em Lamarche (1993).

Isso explica a dominação, a estagnação ou até mesmo a eliminação de exploradores familiares, pois possuem um caráter de formação social heterogênea de variadas combinações de natureza objetiva de produção (formação técnica, características edafoclimáticas, acesso ao crédito e à tecnologia) e de natureza sociopolítica:

As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo. Desse modo, a exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade. Em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira etc.). Por exemplo, em uma mesma comunidade, as explorações, todas do tipo Camponês, podem ser mais ou menos importantes (em superfície ou em meios de produção), mais ou menos mecanizadas, mais ou menos técnicas etc., e, em cada caso, sua capacidade de adaptação e de reprodução deve variar consideravelmente (LAMARCHE, 1993, p.18).

A diversificação citada por Lamarche (1993) se percebe na agricultura familiar brasileira, a qual engloba tanto famílias que vivem em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no agronegócio. Esse fato tem raízes na própria história, na formação de grupos, nas heranças culturais diversas, na expertise profissional, no acesso e na disponibilidade dos recursos naturais, no capital humano, no capital social.

A diferenciação também está vinculada às oportunidades criadas, seja pelo movimento da economia, seja por políticas públicas e inserção dos grupos em paisagens agrárias distintas, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores: “As diferenças são tantas que talvez seja um equívoco conceitual seguir tratando grupos com características e inserção socioeconômicas tão distintas sob o mesmo label – agricultores familiares – apenas porque têm um traço comum: utilizar majoritariamente mão de obra familiar” (BUAINAIN, 2006, p.15). Esse autor também explica o que segue:

Os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda e riqueza. Também se diferenciam em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação/aprendizado adquirido, como à inserção ambiental e socio-econômica que podem variar radicalmente entre grupos de produtores em função de um conjunto de variáveis, desde a localização até as características particulares do meio-ambiente no qual estão inseridos. O universo diferenciado de agricultores familiares está composto de grupos com interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção, que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes e que, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças (BUAINAIN, 2006, p.15).

Ademais, há diferenças nas características particulares ambientais de cada assentamento rural, como, por exemplo, questões de fertilidade de solo e clima. Há também outras dificuldades exógenas, impedindo agricultores familiares a colocar em prática suas estratégias de produção: dificuldades de acesso ao crédito, infraestrutura precária, baixa dotação de fatores de produção. Lamarche (1993, p. 20) denominou de bloqueio “uma situação dada que não permite ao chefe da exploração colocar em prática estratégias tendo em vista atingir o Modelo Ideal”, refletindo negativamente no modo de vida dos agricultores.

Desse modo, para Buainain (2006, p. 16), “o reconhecimento da diferenciação é um ponto chave para a reflexão sobre desenvolvimento da agricultura familiar em geral e sobre as potencialidades da introdução da agricultura alternativa como estratégia de desenvolvimento”. A reflexão sobre as potencialidades da agricultura familiar e a indução para o desenvolvimento partem do reconhecimento da diferenciação; como é a principal atividade econômica de várias regiões brasileiras, precisa ser fortalecida. Nesse sentido, Bittencourt (2002, p. 85) destaca que “é preciso estimular a participação dos agricultores familiares nas políticas públicas, garantindo a eles acesso à terra e ao crédito, condições e tecnologias para a produção”.

Por outro lado, Ploeg (2016, p. 59) percebe a agricultura “[...] como a interação contínua e a transformação mútuas de pessoas e natureza. A humanidade usa a natureza e, dessa forma, transforma-a [...]”, e a coprodução modela e remodela o social tanto como o natural. Essa percepção foi expressa para o autor por um francês produtor de vinho e líder de cooperativa quando questionado por que se autodenominava ‘camponês’: “Sou camponês porque vivo da terra” (PLOEG, 2016, p. 60), ou seja, a coprodução faz dele um camponês.

Para Abramovay (1992, p. 59), o campesinato está longe de ser uma forma transitória, ocasional, fadada ao desaparecimento: “[...] mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento”. O autor diferencia o trabalhador assalariado do camponês, fazendo

menção a Chayanov (1925) que denominava o camponês como o ‘sujeito criando sua própria existência’. A determinação do comportamento do camponês não está centrada nos interesses individuais dos componentes da família, mas nas necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar, que envolvem laços de tradição e sentimento: “[...] a referência social determinante da conduta estará numa pequena comunidade cuja reprodução material responde a um conjunto de regras onde as ligações pessoais (e por vezes, mas nem sempre, cerimoniais) são determinantes” (ABRAMOVAY, 1992, p.115).

As particularidades do campesinato podem ser explicadas: “São sobretudo os laços comunitários locais, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômico das próprias relações de dependência social, cultural que explicam as particularidades do campesinato” (ABRAMOVAY, 1992, p.130). No entanto, o desenvolvimento da agricultura familiar contemporânea pode obrigar esse camponês a se despojar de suas características, asfixiando-o, minando suas bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social.

Resultados e discussão da pesquisa

A pesquisa investigou, por meio de entrevistas, o perfil dos agricultores assentados, a sua relação com a terra e a motivação e a desmotivação quanto à qualidade de vida nos assentamentos, como se descreve na sequência.

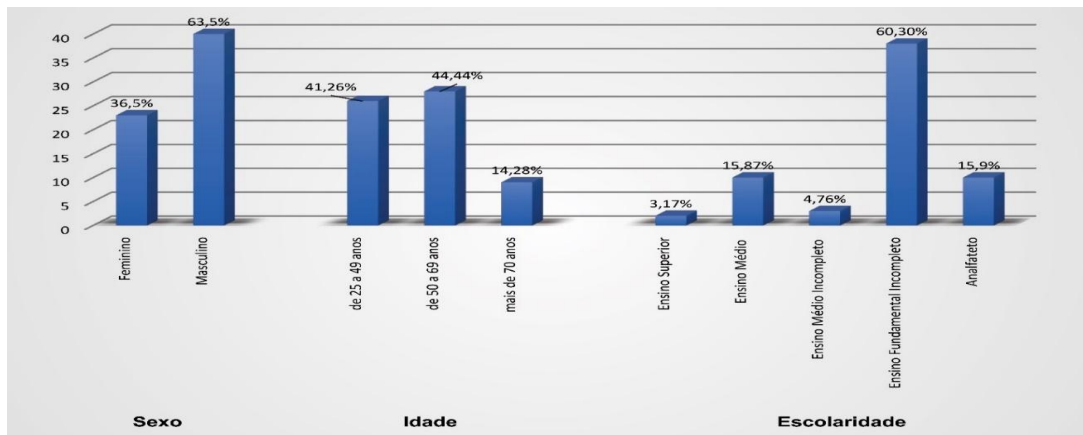
Perfil dos agricultores assentados

A pesquisa buscou traçar um perfil dos entrevistados (sexo, idade, escolaridade), da estrutura do núcleo familiar (número de pessoas) e participação no processo produtivo, assim como o tempo de assentados. Foram buscadas informações que pudessem esclarecer a origem dos entrevistados e a atividade desenvolvida antes de serem assentados; a forma de conquista do lote; o significado da terra e como se identificam (trabalhador rural, camponês, agricultor familiar, lavrador, assentado). Outras questões suscitadas foram quanto à conquista do título definitivo; as perspectivas de permanecer na atividade; as vantagens percebidas por eles sobre a vida na cidade e, por fim, sobre a qualidade de vida no assentamento e o que os motiva e/ou desmotiva permanecer como um assentado.

O Gráfico 1 agrupa informações (sexo, idade, escolaridade) dos agricultores assentados entrevistados. Observa-se que 64% são do sexo masculino e a quantidade de

mulheres exercendo a atividade rural é de 36%. Sen (2012) afirma que as mulheres são agentes importantes no desenvolvimento e devem também usufruir das liberdades instrumentais, contribuindo, assim, para uma maior abrangência de desenvolvimento em seu entorno.

Gráfico 1- Perfil dos assentados rurais de Araguatins



Fonte: Simonetti (2021).

Org.: Autoras (2022).

Quanto à faixa etária dos entrevistados, há um variado perfil etário (jovens, adultos e idosos), sendo a maior porcentagem da idade entre 50 e 69 anos (44,44%), somando 58,7% o número de pessoas que estão acima de 50 anos de idade. Utilizou-se de um agrupamento distinto de intervalos na faixa etária para enfatizar os assentados que possuem idade superior a 70 anos. Com o envelhecimento, há uma expressiva perda da força de trabalho, fato que pode anunciar uma intimidação à continuidade da atividade no futuro, caso continue o declínio da presença dos mais jovens.

Maluf (2003, p. 146) corrobora com a ideia anterior ao afirmar que “o envelhecimento dos responsáveis pelas unidades familiares, com a saída dos jovens, reforça a já referida retração da atividade agrícola, que vem sendo parcialmente compensada pelas rendas de previdência rural”. A aposentadoria para esses agricultores idosos é um fator determinante e indispensável para a permanência nos assentamentos, proporcionando a sua segurança financeira por terem dedicado suas vidas em prol do meio rural, contribuindo também com a sociedade local.

Para Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), esse processo de envelhecimento têm duas peculiaridades que são díspares: em princípio, com o envelhecimento há o acúmulo de

experiência, pode denotar ampla capacidade de gestão, um fator positivo na adoção de práticas sustentáveis; em contrapartida, podem ter um horizonte de planejamento mais curto, por conta da idade, refreando a construção de novos conhecimentos.

Quanto ao índice de escolaridade dos entrevistados, 60,3% afirmaram ter o ensino fundamental incompleto, 15,9% são analfabetos e relatam: “Minha escola foi a enxada e a foice”, 15,87% possuem o ensino médio, 4,76% possuem ensino médio incompleto e 3,17% possuem ensino superior. O nível de escolaridade possui estreita ligação com o desenvolvimento, intimamente relacionado com as escolhas dos agricultores familiares, o que segue a perspectiva de Sen (2012). Por seu turno, Machado (2020, p. 30) disserta a respeito do desenvolvimento humano e considera:

[...] como um processo de desenvolvimento de escolhas humanas, vinculadas por alianças, direitos e deveres, opções e liberdades. Entre as escolhas mais importantes, considera-se a aprendizagem das pessoas para garantir uma vida digna e saudável com acesso a recursos básicos.

O grau de educação relaciona-se com a pobreza – consequentemente com a baixa qualidade de vida – e a restrita capacidade de fazer escolhas. O autor destaca ainda uma função relevante da agricultura familiar, que é a função educativa, como parte de uma das funções públicas da agricultura familiar no processo de desenvolvimento multidimensional: “a casa e a unidade produtiva são espaços onde o processo de aprendizagem de crianças e jovens rurais, e de formação de sua identidade pessoal, desenvolve-se no âmbito da família rural” (MACHADO, 2020, p. 32). A partir da identificação do perfil dos agricultores assentados, buscou-se entender a relação destes com a terra, desde a trajetória familiar até a posse da terra, tema abordado no próximo item.

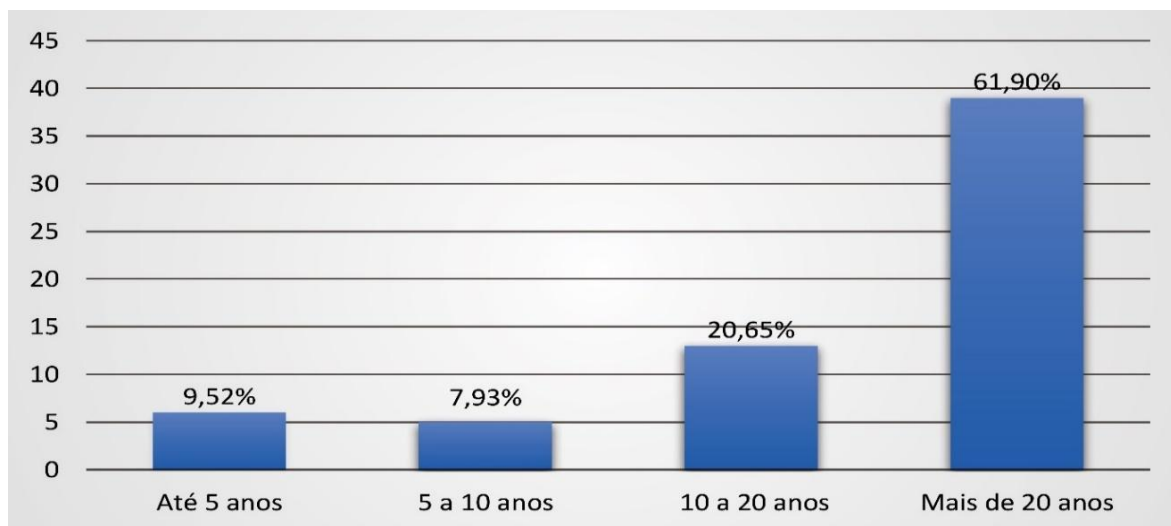
Relação com a terra

A trajetória das famílias rurais entrevistadas é em torno da agricultura, uma atividade vinda dos pais e das mães e que atualmente exercem a mesma atividade. A pesquisa evidencia que a composição da família nuclear (pai, mãe e filhos) é predominante, em que todos os membros da família participam do processo produtivo, ou seja, a força de trabalho utilizada na produção é sempre da própria família por não terem condições de contratarem outras pessoas, o que encareceria ainda mais seus custos de produção. A lida nas atividades agrícolas, portanto, não se restringe ao responsável pelo núcleo familiar, mas sim a toda a família, independentemente da faixa etária, sendo uma maneira de viabilizar economicamente

a atividade por meio da força de trabalho também das crianças e dos jovens.

No Gráfico 2 se observa o tempo de vivência nos assentamentos rurais de Araguaatins. A maioria dos assentados, 61,90%, vive há mais de 20 anos no local. O tempo de vivência influencia diretamente na aquisição da titularidade da terra, sendo um dos requisitos para conseguir a documentação.

Gráfico 2- Tempo de vivência nos assentamentos rurais de Araguaatins



Fonte: Simonetti (2021).
Org.: Autoras (2022).

O tempo de vivência dos entrevistados nos assentamentos, como observado, é variado: foram identificados assentados residindo nos lotes há apenas 60 dias e outros residindo ali há 37 anos. Alguns destes, ali vivem desde o seu nascimento e revelam: “Nasci e me criei aqui, não me vejo morando na cidade [...]”. “Não sei fazer outra coisa, aqui é meu lugar”. Para eles, o assentamento é muito mais do que um lugar de moradia, é lugar de viver. Ali vivem também para trabalhar, produzir, festejar, celebrar, estabelecer laços, fazerem a sua história.

Todos os entrevistados responderam que sempre residiram em Araguaatins e em municípios vizinhos e nunca desenvolveram outra atividade diferente da atual; muitos já nasceram como assentados; outros trabalhavam como arrendatários em terras de terceiros ou meeiros, e outros ainda trabalhavam na terra dos pais. O entendimento a respeito da trajetória de vida dos assentados é imprescindível para a elaboração de qualquer estratégia de desenvolvimento dos assentamentos, pois é por meio da história de suas origens que são identificados os saberes que cada família carrega consigo que podem ser utilizados nas ações de desenvolvimento.

Sobre a forma de conquista da terra, Cardoso, Flexor e Maluf (2003) entendem que o acesso à terra, além de ser um direito econômico e social fundamental, é garantidor de parâmetros e referências sociais, contribuindo para estruturar os costumes e as tradições das famílias rurais no espaço de vivência dos assentamentos. A posse da propriedade da terra permitiu a conquista desses direitos, e os assentados passaram a exercer atividades agrícolas de fundamental importância para a manutenção do núcleo familiar e renda monetária por meio da comercialização dos excedentes.

Constata-se que a conquista da terra ocorreu por meio de quatro formas: 1) seleção e acampamento; 2) compra; 3) indicação; 4) sucessão, como seguem os dados:

- a) 60,33% dos entrevistados receberam a terra diretamente pela seleção do INCRA, sendo que alguns deles ficaram acampados: “Fiquei acampado 5 anos antes de conseguir o lote, foi desapropriada a fazenda e eu entrei pra dentro da terra”; “Com 10 meses de acampada nos deram a terra, foi muito rápido”;
- b) 31,74% compraram (indenizaram) o direito à posse, embora não seja legalmente permitido, pois o lote recebido pelos assentados é vinculado ao INCRA até que possuam a escritura da terra, “[...] sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiários não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros” (BRASIL, INCRA, 2019). Na Instrução Normativa nº 99/2019, no art. 31, em seu inciso II, essa proibição está muito evidente: “não ceder, a qualquer título, a posse ou a propriedade da parcela recebida, ainda que provisória e parcialmente, para uso ou exploração por terceiros” (BRASIL, 2019). Verificou-se que há a comercialização de lotes, sendo que os entrevistados não verbalizam “eu comprei”, mas dizem “eu indenizei”, e os valores relatados variam de R\$ 7 mil a R\$ 130 mil;
- c) 4,76% dos respondentes representam pessoas que trabalhavam na fazenda que foi desapropriada e loteada e receberam um lote por indicação do proprietário da fazenda: “eu já trabalhava há 10 anos na fazenda que foi desapropriada e todos os funcionários receberam um pedaço de terra”;
- d) para 3,17% dos entrevistados a terra é fruto de sucessão familiar.

A grande maioria, 88,80%, não tem o título definitivo da terra; apenas 11,20% possui a titularidade. Os assentamentos com o maior número de títulos definitivos são: Atanásio, Dona Eunice, Marcos Freire, Ouro Verde, Mutirão, Trecho Seco, Rancho Alegre, Maringá e Petrônio. A titularidade da terra é a última etapa para a conclusão da reforma agrária, de responsabilidade da União (Concessão de Uso/Título de Propriedade), é a garantia da família

assentada de que a terra é de fato e de direito da família. É um patrimônio que pode, a partir de então, ser oferecido como instrumento de garantia para ter acesso a novas políticas de créditos.

Além disso, é herança, pois por décadas trabalharam com afinco na terra; é a liberdade, é o pertencimento de forma definitiva, é identidade. Insta mencionar que os assentados pagam pela terra e pelos créditos contratados. A família assentada, para receber a titularidade, precisa cumprir alguns requisitos de acordo com o INCRA: a) um membro da família precisa estar dentro da relação de beneficiários; b) ter recebido o seu título provisório (CCU); muitas famílias ainda não receberam sequer o título provisório; c) o assentamento tem que estar também em ordem, ou seja, além de estar georreferenciado, deve ter recebido a documentação do INCRA. Após essas etapas, o INCRA faz a supervisão ocupacional e verifica a regularidade daquela família no enquadramento da lei. Cumpridos esses requisitos, é emitido o título de domínio, e a família oficialmente passa a ser a dona definitiva daquele lote (BRASIL, INCRA, 2019).

Convém mencionar que o título de domínio é inegociável pelo prazo de dez anos. Verifica-se que a grande maioria dos assentados entrevistados não possui esse título, o que impacta diretamente o desenvolvimento rural. Em que pese as formas de conquista da terra terem sido de diferentes modos, bem como a grande maioria dos assentados não ter o título de propriedade, percebe-se uma profunda ligação afetiva dos assentados no que tange à representatividade da terra, pois, para os entrevistados, o acesso à terra ocasionou uma melhora em relação ao passado.

Nos espaços rurais, as relações cotidianas e a ligação afetiva com a terra influencia diretamente na questão da identificação com a atividade, sendo que o reconhecimento de que são habitantes do meio rural e a valorização da terra e de sua identidade também orientam e articulam estratégias produtivas e a reprodução socioeconômica: “A terra não é mero chão, mas a garantia de sobrevivência” (BAGLI, 2006, p.164), pois é pelo cultivo e criação de animais que é possível o sustento das famílias. Essa valorização dos assentados entrevistados pela terra é perfeitamente compreendido e demonstrada resumidamente na Figura 2.

Figura 2 – Resumo das falas dos entrevistados a respeito da representatividade da terra



Fonte: Simonetti (2021).

Org.: Autoras (2022).

Além da relação de dependência com a terra, pois o sustento vem dela, há uma relação afetiva, já que nesse pedaço de chão construíram suas histórias de vida, criaram seus filhos. E essa afetividade, percebe-se, é unânime, o que remete a definições do conceito de comunidade de Bauman (2003), que denominou de “círculo aconchegante”. Acredita-se que a união humana formada por entendimentos socializados se tornam hábitos e são incorporados pelas pessoas.

No sentido de caracterizar a presença ou ausência de uma identidade local dos entrevistados, que possibilitasse se autodenominarem como atores de um conjunto de atividades no espaço rural, perguntou-se como se consideram: trabalhador rural, agricultor familiar, lavrador, assentado ou camponês. Todas as respostas foram uniformes, não havendo entrevistado algum que não se identificasse com a atividade, mas houve variação na descrição de como se percebem na atividade: 69,8% como lavrador, 17,5% como trabalhador rural; 12,7% como agricultor familiar; e nenhum se identificou como camponês ou como assentado. Além disso, todos afirmaram que possuem o desejo de continuar na atividade, embora a grande maioria, 88,8%, não possui o título definitivo da terra, apenas 11,2% estão de posse desta documentação.

Ainda na entrevista os assentados ressaltaram que há inúmeras vantagens que a vida no campo oferece em comparação à vida na cidade; a maioria das manifestações foi que o melhor da vida rural são os aspectos a seguir: “liberdade”, “sossego”, “tranquilidade”, reiterando que “permanecer no campo ainda é a melhor opção”, “tudo que a gente quer nós plantamos e criamos, na cidade a gente tem que comprar”, “não troco esse lugar por nada”,

“aqui no campo é calmo e seguro e me dá renda”, “bom demais, melhor coisa do mundo”, “aqui a gente pode trabalhar, ter renda, sem estudo”, “lugar sadio”, “livre de agressão”, “livre de barulho”, “vive mais tranquilo, a vida é mais fácil”, “tem mais facilidade, tenho peixe, carne sem precisar pagar”, “possibilidade de produzir meu próprio alimento”, “bom para criar os filhos da gente”, “a água é mais limpa, o cheiro da cidade não é agradável”. Esses depoimentos apresentam, portanto, uma expressiva identificação com as atividades que desenvolvem e uma significativa relação com o campo, sendo que todos demonstraram o desejo de permanência na área rural.

Constatou-se que existe uma estreita relação campo/cidade, havendo uma certa complementariedade na vida dos assentados. Os assentamentos mais distantes do município pólo, Araguatins, ficam localizados em média 40 km e os assentamentos mais próximos, a 2 km de distância, sendo que as visitas às cidades são por motivos diversos: compras, vendas, saúde, educação, lazer. Embora haja uma interação de forma regular, o cotidiano se dá nos assentamentos.

É de fundamental importância essa articulação entre o rural e o urbano, havendo ganhos recíprocos, em que a população do meio rural é ao mesmo tempo ofertante de produtos agropecuários e demandante de bens e serviços da cidade. Wanderley (2003) argumenta que as relações entre campo e cidade não anulam particularidades e não significam o fim do rural. Para a autora, as particularidades de cada um não são destruídas, mas se configuram fontes de cooperação, de integração e também de tensões e conflitos, ou seja, representam uma rede de relações baseadas em reciprocidades em que as especificidades podem ser viabilizadas e reiteradas.

Motivação e desmotivação

No que tange às condições de qualidade de vida nos assentamentos, buscou-se informações por meio de questões que pudessem guiar em direção ao nível de satisfação dos agricultores em seu modo de vida no ambiente rural e entender o que os motiva e desmotiva a permanecerem no assentamento. Há diversas motivações e desmotivações que influenciam na vontade de permanecer nos assentamentos rurais de Araguatins, conforme descritas a seguir:

Quadro 2 - Motivações e desmotivações dos assentados

Motivações	Desmotivações
-gostam do lugar; -modo de vida; -a autonomia da atividade; -solidariedade das pessoas; -liberdade; -a facilidade da vida no campo; -ligação com a atividade agrícola; -segurança; - criação dos filhos no lugar.	-oscilação de preços de venda; -o trabalho da lavoura é penoso e ausência de mecanização; -a precariedade dos serviços públicos (estradas); -falta de ligação afetiva dos filhos com a terra; -ausência de assistência técnica; -falta de água de qualidade; -a qualidade do solo (pedras, alagados ou enfraquecidos); -partida dos filhos para a cidade ou outras áreas (solidão).

Fonte: Simonetti (2021).

Org.: Autoras (2022).

Mesmo considerando todas as dificuldades e problemas existentes, é notório o nível de satisfação dos assentados com o modo de vida rural, e alguns declaram: “Não tem nada de ruim aqui”, “lugar sadio para se viver”, “melhor viver aqui do que na rua”, “aqui eu tenho liberdade de escolha”, “a gente dorme de portas abertas, ninguém mexe em nada”, “para criar os filhos é bem melhor aqui”, “tudo é mais fácil”. As palavras mais verbalizadas foram “sossego”, “liberdade” e “segurança”. Sossego, pelo clima de paz que o contato com a natureza oferece; segurança, pois de acordo com os depoimentos, em nenhum dos assentamentos investigados ocorreram relatos de violência de qualquer natureza, e a liberdade, por fazerem o próprio horário, terem autonomia de planejar e executar as atividades de produção e também os afazeres do cotidiano da vida, poderem produzir e criar o que têm vontade de se alimentar e comprar apenas o mínimo necessário, cujo estilo de vida se identificam.

Entretanto, alguns fatores podem indicar uma certa insatisfação, uma verdadeira privação da liberdade, que podem ser dirimidos com a ação do poder público (como a melhoria das estradas, créditos, assistência técnica, condições de acesso à saúde), as condições de infraestrutura dos assentamentos, além de outros fatores que não estão no controle de nenhum agricultor, como exemplo as condições climáticas que interferem na produção (excesso ou falta de chuva).

É necessário o entendimento dos agricultores familiares a respeito das funções da agricultura – as quais perpassam o aspecto econômico – e o papel que exercem no processo de ocupação e dinamização do setor rural, que vão além da escolha dos recursos produtivos e da produção para autoconsumo e comercialização. E também como possuidores da tradição, que fazem com que o ganho não seja apenas individual, mas coletivo: “O papel social dos

agricultores também se torna primordial. Eles são garantidores da harmonia do mundo rural” (MACHADO, 2020, p. 37).

Dessa forma, esses agricultores passam a ter responsabilidades sociais, contribuindo para o dinamismo da sociedade, afirmando a dupla dimensão material e imaterial, cuja diversidade atribuída à atividade agrícola está relacionada à percepção do papel social, e para isso é necessário que usufruam de condições mínimas para apresentar todo o seu potencial.

Para dirimir tais dificuldades, é preciso enfrentar vários desafios, dentre eles: empenho dos agricultores familiares no que tange à organização produtiva; associar-se a entidades (associações ou cooperativas) como uma alternativa de ação conjunta dos sujeitos sociais que têm intuito do desenvolvimento da atividade agrícola e da região, por meio de extensão rural, instruindo os produtores, sanando parte das dificuldades relacionadas à produção e administração; e o poder público com o apoio creditício ao agricultor.

Considerações finais

Os dados encontrados nesta pesquisa são fontes importantes para além do que já existe de produção científica sobre a temática pesquisada. Verificou-se que nos assentamentos investigados a realidade é de agricultores familiares heterogêneos, diferenciados do ponto de vista econômico, social e cultural, com trajetórias e dificuldades diferentes. Apesar das dificuldades enfrentadas, permanece o desejo de continuarem na atividade e no assentamento.

É perceptível a ligação afetiva com a terra e isso influencia diretamente na questão da identificação com a atividade produtiva, pois a maioria se identifica como lavrador. Destarte, a partir dessa identificação, foi possível entender a estreita ligação com a terra e a influência na produção e permanência no campo. As atividades desempenhadas pelos entrevistados na agricultura utilizando mão de obra familiar, compartilhando um código de conduta comunitário, visando na grande maioria à manutenção, baseado na caridade, reciprocidade, é a descrição do camponês, e este se encontra ligado à terra pelo sentimento e tradição.

Mesmo que por vezes os assentados entrevistados se encontram em condições menos favoráveis, a satisfação com a atividade rural é destacada, o contato com a terra e o prazer proporcionado pela vivência é perceptível pela forma como intitulam a terra: mãe, professor, amiga, dentre outros. Nesse quesito, aponta-se outra função da agricultura, além da produção: a função de afeição, que é o sentimento gerado por produzirem e estarem em contato com a

terra. Regozijo capaz de anular, em parte, as mazelas vividas, tornando-os satisfeitos, fixando homens e mulheres no campo.

Portanto, o desenvolvimento rural pode surgir nos assentamentos rurais investigados como uma redefinição de identidades, de práticas, de estratégias, de redes e de inter-relações, que repousam num tecido de sociabilidade pujante, mas em um repertório cultural marginalizado, quando operacionalizado no nível individual do agregado familiar agrícola. Há possibilidades latentes que podem ser operacionalizadas mais fortemente se houver a presença do Estado; contudo, a sua ausência não impossibilita as articulações em pequena escala, mas é preciso de mudanças importantes maiores, almejando sempre a qualidade de vida dos assentados rurais de Araguaatins.

A partir deste estudo de caso, identificaram-se elementos relevantes que podem ser úteis para subsidiar ações e/ou projetos por parte do poder público direcionados a esses assentamentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec Anpocs, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAGLI, Priscilla. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/priscilla.pdf> Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Controle da Reforma Agrária - INCRA. **Assentamentos**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 99, de 30 de dezembro de 2019.** Fixa os procedimentos administrativos para titulação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, criados em terras de domínio ou posse do Incra ou da União, bem como verificação das condições de permanência e de regularização de beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-99-de-30-de-dezembro-de-2019-236098411>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades@.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=170220>. Acesso em: 18 jul. 2021.

BERGAMASCO, Sonia M. P.; NORDER, Luís A. C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, 301).

BITTENCOURT, Gilson. Agricultura familiar e agronegócio: questões para pesquisa. *In:* LIMA, Dalmo M. de A.; WILKINSON, John (org.). **Inovações das tradições da agricultura familiar.** Brasília, DF: CNPq, 2002.

BUAINAIN, Antônio M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável:** questões para debate. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 2006. Disponível em: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/agricultura/agroecologia/livros/AGRICULTURA%20FAMILIAR,%20AGROECOLOGIA%20E%20DESENVOLVIMENTO%20SUSTENTAVEL%20-%20QUESTOES%20PARA%20O%20DEBATE.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BUAINAIN, Antônio M.; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, ano 5, n. 10, jul./dez. 2003, p. 312-347. Dossiê. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5434>. Acesso em: 13 dez. 2020.

CARDOSO, Josel H.; FLEXOR, Georges; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC). *In:* CARNEIRO, Maria J.; MALUF, Renato S. **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar (org). Rio de Janeiro: Mauad X, 2003. cap. 3.

GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar R.; BUAINAIN, Antônio M.; SABBATO, Alberto Di; BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HERNÁNDEZ SAMPIERE, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Maria Del P. **Metodologia da pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

LAMARCHE, Hugues. Introdução geral. *In:* LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar:** comparação internacional. Campinas, SP: Unicamp, 1993. v. I: Uma realidade multiforme. p. 13- 22.

MACHADO, Gustavo B. **Multifuncionalidade da agricultura familiar:** a diversificação das

atividades no sertão semiárido da Bahia, Brasil. Curitiba: CRV, 2020.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. *In*: CARNEIRO, Maria J.; MALUF, Renato S. (org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003. cap. 8.

MATTEI, Lauro. Questão agrária, desenvolvimento e a pertinência da reforma agrária no Brasil contemporâneo. *In*: MATTEI, Lauro (org.). **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo**. Florianópolis, SC: Insular, 2014a. p. 72-83.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste - REN**, Fortaleza, CE, v. 45, p. 83-91, out./dez. 2014b. Suplemento especial. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/500/396>. Acesso em: 25 abr. 2022.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. Tradução Cláudia Freire. 1. ed. São Paulo: Ed. Unesp; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

SEN, Amartya K. **Desigualdade reexaminada**. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SIMONETTI, Erica R. de S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento: estudo de caso nos assentamentos rurais no município de Araguatins/TO**. 2021. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, RS, 2021.

WANDERLEY, Maria de N. B. Prefácio. *In*: MALUF, Renato S.; CARNEIRO, Maria J. (org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003. p. 9-16.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Recebido em 23/08/2021. Aceito para publicação em 28/02/2022.
--